

Que o apartheid se exploda. Viva Zumbi!

Em um país onde as desigualdades são tão profundas, formular e executar políticas públicas de promoção da igualdade racial é um grande desafio, que requer, sobretudo, a troca de experiências.

Fórum Intergovernamental de Políticas de Igualdade Racial

A Lei Áurea de 1888 decretou o fim da escravidão. Contudo, a participação dos negros e seus descendentes na sociedade não contaram com qualquer política inclusiva. A carta de alforria não serviu para incluí-los à sociedade. Anos depois, integrar a população negra viria a ser dever do Estado.

Em novembro se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, o Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro decidiu voltar sua atenção para a parcela orçamentária dirigida à população afro-descendente na tentativa de analisar o quanto o Estado cumpre de fato esse dever. Ressaltamos, porém, que ao encararmos esse desafio de pouca tradição na área de pesquisa é possível termos incorrido em erros de classificação nas ações, visto que algumas destas podem ter sido realizadas, sem que tenham sido identificadas nos orçamentos.

Levantamos alguns indicadores sociais referentes aos negros para ilustrar a sua situação atual. O que encontramos foi que, 120 anos depois, ainda nos deparamos com uma sociedade que apresenta fortes desigualdades entre os cidadãos brasileiros diferenciados pela cor da pele. O Brasil, segundo dados da PNAD de 2006, tem sua população composta por 49,7% de brancos e 49,5% de negros – 42,6% de cor parda e 6,9% de cor preta.

Da mesma forma, fica evidenciado o preconceito ainda existente em nossa sociedade quando comparamos os rendimentos recebidos em função dos anos de estudo. Percebe-se que o rendimento dos brancos é, em média, 40% superior ao rendimento dos negros com mesmo nível de escolaridade. Esta diferença ocorre em todas as faixas de anos de estudo, sendo maior, proporcionalmente, no grupo com maior escolaridade.

Diante desta realidade social, o presente estudo busca identificar as políticas públicas voltadas à população negra com o intuito compreender a atenção dada pelos entes governamentais (União, Estado e Município do Rio e Município de Niterói) no sentido de diminuir as diferenças demonstradas nos indicadores.

UNIÃO

Da parceria entre o Senado Federal e o INESC, foi criado o “Orçamento Quilombola”, um extrato do orçamento da União contendo ações que afetam diretamente a comunidade negra.

No período que abrange as contas de 2005 a 2007, bem como a Lei Orçamentária de 2008 e a proposta para 2009, são apresentados cinco Programas de Trabalho (PT's) totalizando 29 ações, que incluem a valorização da cultura negra, projetos anti-segregacionistas e projetos de educação nas comunidades quilombolas.

Programa / Ano	2005		2006		2007		2008	2009*
	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Previsto
Gestão da política de Desen. Rural	1.155	1.133	2.172	1.958	2.139	2.139	-	-
CulturasAfro Brasileira	18.180	10.652	11.480	9.349	19.887	19.772	30.607	11.587
Comunidades Tradicionais	886	772	1.448	1.082	910	1.423	750	334
Gestão da política de promoção da igualdade racial	14.117	11.656	21.132	13.805	21.248	19.322	71.660	53.791
Brasil Quilombola	35.186	11.379	57.725	21.052	54.741	15.554	-	-
Total	69.524	35.592	93.957	47.246	98.925	58.210	103.017	65.712

R\$1.00

Deve-se atentar para o fato de que, apesar de haver um aumento de dotações autorizadas e liquidadas de ano para ano (exceto 2009 por se tratar de um projeto de lei), a execução da despesa prevista fica em cerca de 50% nos dois primeiros anos e 58% no ano subsequente.

Devido à baixa realização das ações do “Orçamento Quilombola” o movimento social adepto da causa deve ir além da inclusão no orçamento, é preciso cobrar do Governo Federal a sua efetividade.

MUNICÍPIO DE NITERÓI

Em Niterói a população negra residente representa 30,2%, segundo o CENSO-2000. Esse valor menor do que o nacional é resultado de uma menor quantidade de pessoas de cor parda (22,3% frente aos 42,4% nacionais), uma vez que a população de cor preta é relativamente maior nesse município (7,9%).

Até 2005, o município não contava com qualquer ação prevista em seu orçamento voltada aos afro-descendentes. A partir de 2006 incluem-se somente duas ações, não especificamente dirigidas aos negros - “Noite da Beleza Negra” e “Campanhas Educativas Antidiscriminatórias”.

Na Lei Orçamentária de 2006 temos o Programa “Noite da Beleza Negra”, não há, contudo, na prestação de contas, em decorrência não se aferiu a sua execução¹. No caso do PT “Campanhas Educativas Antidiscriminatórias” em que consta na prestação de 2006 o seu valor liquidado é de 13% do previsto (R\$15 mil).

Pelas poucas informações obtidas, é notório o fato de, apesar de o município contar com uma Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR), ela não tem status de secretaria e não se percebe nenhuma política pública relevante voltada aos afro-descendentes.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

O Rio conta, de acordo com os dados da PNAD de 2006, com uma população negra da ordem de 41,5% dos cidadãos, sendo 30% de pardos e 11,5% de negros. A população branca é majoritária, alcançando 58% dos cariocas.

A partir de 1993, a legislação municipal passou a incluir ações não discriminatórias. Destaque para: a criação da semana de cultura afro-brasileira no calendário oficial e um concurso de redação sobre a discriminação. Em 1995, é determinada a inclusão de artistas e modelos negros em peças publicitárias da prefeitura. Em 2001, é estabelecido no calendário o dia de luta pela eliminação da desigualdade racial e a inclusão de artistas negros é estendida aos filmes subvencionados pela prefeitura. Em 2007, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana torna-se obrigatória em estabelecimentos municipais de ensino.

As ações identificadas na lei que define as metas físicas a serem realizadas no ano e qualificadas como exclusivas – voltadas para promover a expressão e desenvolvimento da cultura negra – agregam as atividades do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros (Comdedine) e do Centro Cultural José Bonifácio, que oferece oficinas e workshops relacionados à cultura afro-descendente. O Comdedine viu ser executado em 2005 apenas 47% de seu orçamento autorizado, caindo para 9,5% no ano seguinte. Consta em 2008, conforme dados do Fincon, que dentre os R\$ 70 mil previstos apenas 11% fora liquidado.

Cabe destacar ainda que nenhuma das emendas parlamentares destinadas a esse segmento social foi executada.

Quanto ao Centro Cultural José Bonifácio, a partir de 2006 seu orçamento fora incorporado ao Departamento Geral de Ação Cultural que inclui outros programas não relacionados à cultura negra, assim a sobrepujança dos números não indicam necessariamente aumento das atividades do Centro Cultural, pois nos anos anteriores a liquidação fora inferior ao previsto: 71% em 2004 e 40% em 2005. A participação da prefeitura em suas atividades é ainda menor quando a comparamos com a atuação do setor privado (120 de um total de 133 atividades realizadas em 2007).

¹ A Prestação de Contas de 2007 ainda não está disponível.

	2004		2005		2006		2007		2008	
	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado
COMDEDINE	48.597	16.197	48.597	22.875	40.000	3.780	23.680	7.860	70.000	7.764
CC JOSÉ BONIFÁCIO	207.000	147.504	207.000	82.998						
DPTO GERAL DE AÇÃO CULTURAL*					1.310.000	391.102	450.000	382.270	1.531.000	297.204
Total	255.597	163.701	255.597	105.874	1.350.000	394.882	473.680	390.130	1.601.224	304.968

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A distribuição da população no Estado do Rio de Janeiro, segundo os dados da Síntese dos Indicadores Sociais de 2007 cuja base é a PNAD de 2006, demonstra que a maioria dos habitantes é composta por brancos (54,6%). Os negros representam 45% do total, dos quais 33 % são de pardos. Cabe destacar que a participação de 12% da população preta no estado é o 2ª maior entre as unidades da federação, ficando atrás apenas da Bahia (15,7).

Os programas relacionados à promoção da igualdade racial e de ações que beneficiam a população afro-descendente entre os anos de 2005 e 2007 referiam-se basicamente ao apoio de estudantes cotistas da UERJ e da UENF, para a administração do Conselho Estadual dos Direitos dos Negros (CEDINE) e para a implantação do Fundo Estadual dos Direitos dos Negros (FEDINE). No entanto, em 2005 e 2006, somente foram executados recursos para o apoio aos estudantes cotistas da UERJ, R\$ 3 milhões e R\$ 2,1 milhões, respectivamente. A execução do programa de apoio aos estudantes cotistas da UENF só começa em 2007. Os outros programas não foram executados.

Em 2008, 11 novos programas foram incluídos no orçamento, dos quais 10 não foram executados até o final de setembro. Destaca-se a inclusão do programa “Promoção da Igualdade Racial”, cuja previsão inicial de gastos alcança R\$ 1,3 milhão e que, até setembro, teve R\$ 148 mil liquidados. Apesar do baixo percentual de realização (11,2%), é uma iniciativa relevante no combate ao racismo. Chama atenção, ainda, a inclusão do Programa “Implementação da Lei 9394/96”, oriundo de emenda parlamentar, cujo objetivo é facilitar as ações do Estado para que se cumpram as alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incluiu no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade de “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Na contramão, porém, o programa de apoio dos estudantes cotistas da UERJ foi alterado, passando a ser denominado “Incentivo à Permanência – Cotistas e demais estudantes”, com dotação de R\$ 3,6 milhões. Até setembro foram liquidados R\$ 3,5 milhões de uma previsão de gastos de R\$ 10,6 milhões.

Já na proposta orçamentária para 2009 apenas quatro PT's estão relacionados, destacando-se o incremento para o programa de incentivo à permanência de estudantes da UERJ, cuja previsão de gasto passou para R\$ 26,6 milhões. O programa “Promoção da Igualdade Racial” também teve a previsão aumentada, orçado em R\$ 4 milhões.

BOX

Coordenação: Cons. Ruth Espinola Soriano de Mello, Cons. Luiz Mario Behnken e Econ. Bruno Lopes.

Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Estudantes de Economia: Camila Ferreira, Fernanda Stiebler e João Paulo de Oliveira

Consultor: Econ. Renato Elman, assessor do Deputado Estadual Alessandro Molon - PT

Colaborador: Leandro dos Santos, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros

Correio eletrônico: fporiodejaneiro@gmail.com

O FPO promove reuniões mensais para apresentação de seus estudos, no auditório do Corecon-RJ. O assunto e a data podem ser confirmados em nosso portal: www.fporj.blogger.com.br.